



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 5.695/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 35/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA MIRIAM PRODUTOS DE LIMPEZA E PLÁSTICOS LTDA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado à Av. Pedro II, s./n.º, Centro, Palácio "Clóvis Beviláqua", Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ n.º 05.288.790/0001-76, representado por sua Presidenta, a **DESA. CLEONICE SILVA FREIRE**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade n.º 93558 SSP/MA e CPF n.º 069.079.973-04, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral de Secretaria, o **SR. HEBERT PINHEIRO LEITE**, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, portador de identidade n.º 024064402003 SSP-MA e CPF n.º 304.157.723-20, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a **EMPRESA MIRIAM PRODUTOS DE LIMPEZA E PLÁSTICOS LTDA.**, CNPJ n.º 35.182.377/0001-93, sediada à Rua Filipinas, Qd. 63, Lotes 13 e 14, CEP: 65085-000, São Luís/MA, Fone: (98) 32421641, neste ato representada pelo **SR. CARLOS DAS GRAÇAS PACHÊCO**, portador da Carteira de Identidade n.º 105.549 SSPMA, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo n.º 5.695/2014, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) n.º 68/2013 e em observância ao disposto na Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1. Este contrato tem por objeto a aquisição de material de limpeza para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, conforme especificações, valores e quantidades indicadas abaixo:

Empresa: MIRIAM PRODUTOS DE LIMPEZA E PLÁSTICOS LTDA.	
CNPJ: 35.182.377/0001-93	INSC. ESTADUAL: 12.112.326-0
Endereço: Rua Filipinas, Qd. 63, Lotes 13 e 14, CEP: 65085-000, São Luís/MA.	
Fone (s): (98) 3242-1641	
Email: miriam-plp@hotmail.com	

LOTE 03					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNIDADE	QTD. TOTAL CONTRATADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
7	Cera líquida <b>INCOLOR</b> para piso, aplicável em todos os tipos de piso, sendo indicado para vulcapiso, paviflex e cerâmica não vitrificada. Embalagem em caixa de papelão contendo 12 (doze) latas de 750 ml.	CX.	500	23,50	11.750,00
8	Cera líquida <b>PRETA</b> para pisos emborrachados. Embalagem em bombona plástica de 5L, com tampa em lacre plástico.	BB	25	36,57	914,25
9	Polidor metal, aspecto físico líquido branco - amarelo, composição agente polimento/ solvente petróleo/ oleína, aplicação prata e metais cromados.	UND.	25	17,00	425,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>13.089,25</b>
LOTE 05					
14	Desinfetante líquido a base de pinho ou outra fragrância, para uso geral, super concentrado, diluível de 1 litro do	CX.	1000	7,60	7.600,00



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 2012.014

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 3212014

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA MIRIAM PRODUTOS DE LIMPEZA E PLÁSTICOS LTDA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, situado à Av. Pedro II, s/n.º, Centro, Palácio "Clóvis Beviláqua", Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 08.888.780/0001-78, representado por sua Presidente, a DESA. CLEONICE SILVA FREIRE, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da Carteira de Identidade nº. 93258 SSP/MA e CPF nº. 088.079.973-04, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral de Administração, o SR. HERBERT PINHEIRO LEITE, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº. 024084402003 SSP-MA e CPF nº. 304.127.723-20, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro, a EMPRESA MIRIAM PRODUTOS DE LIMPEZA E PLÁSTICOS LTDA., CNPJ nº. 32.182.377/0001-83, sediada à Rua Filipinas, Qd. 03, Lote 13 e 14, CEP: 65088-000, São Luís/MA, Fone: (98) 32421641, neste ato representada pelo SR. CARLOS DAS GRAÇAS PACHECO, portador da Carteira de Identidade nº. 008.540 SSP/MA, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº. 008/2014, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) nº. 68/2013 e em observância ao disposto na Lei nº. 8.008/93 de 21 de junho de 1993, têm entre si justo e contratado o que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este contrato tem por objeto a aquisição de material de limpeza para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, conforme especificações, valores e quantidades indicadas abaixo.

EMPRESA: MIRIAM PRODUTOS DE LIMPEZA E PLÁSTICOS LTDA.					
CNPJ Nº: 32.182.377/0001-83					
INSC. ESTADUAL: 12.112.329-0					
Endereço: Rua Filipinas, Qd. 03, Lote 13 e 14, CEP: 65088-000, São Luís/MA					
Fone (s): (98) 3242-1641					
E-mail: miriamprod@miriamprod.com.br					
LOTE 03					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS	UNIDADE	QTD. TOTAL CONTRATADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Caro líquido INCOLOR para uso aplicável em todos os tipos de piso, sendo indicado para utilização em áreas de circulação, higienização e limpeza de paredes, contendo 12 em cada de embalagem contendo 12 litros (12L) de 1250 ml.	OX	500	21,50	11.750,00
2	Caro líquido PRETO para uso em áreas de circulação, higienização e limpeza de pisos, contendo 12 em cada de embalagem contendo 12 litros (12L) de 1250 ml.	BB	25	36,57	914,25
3	Folha moída, sabão líquido para limpeza de áreas de circulação, higienização e limpeza de pisos, contendo 12 em cada de embalagem contendo 12 litros (12L) de 1250 ml.	UMC	25	17,00	425,00
VALOR TOTAL					13.089,25
LOTE 02					
4	Caro líquido para uso aplicável em todos os tipos de piso, sendo indicado para utilização em áreas de circulação, higienização e limpeza de paredes, contendo 12 em cada de embalagem contendo 12 litros (12L) de 1250 ml.	OX	1000	7,00	7.000,00



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 5.695/2014

	produto para 10 litros de água, com ação bactericida e germicida, acondicionados em caixa de papelão com 12(doze) frascos plásticos resistentes de 1.000ml, contendo rotulo plástico com o nome de fabricante, data de fabricação e prazo de validade e o numero de registro do produto na ANVISA/MS.				
15	Detergente líquido neutro, para remoção de gorduras de louças, talheres. Embalagem em caixa de papelão, contendo 12 frascos plásticos de 500 ml, rotulados em plástico com especificações do fabricante e numero de registro do produto na ANVISA/MS.	CX.	500	8,20	4.100,00
16	Solução limpeza multiuso, composição básica tensoativos/solventes orgânicos atóxicos, aspecto fisico líquido, tipo uso desengraxe e limpeza geral por ultrason, aplicação limpeza em qualquer superfície, caixa com, no mínimo, 12 unidades.	CX.	250	10,00	2.500,00
17	Desodorizador sanitário, tipo pedra, base de paradiclorobenzeno, embalado em celofane à prova de vazamento, com suporte para o vaso, lacrado em caixa com 48 unidades e peso de 35 g a 40 g. Caixa original de fábrica, com especificações na embalagem.	CX.	100	27,00	2.700,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>16.900,00</b>
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO - R\$ 29.989,25 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos)</b>					

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e o seu término ficará condicionado à entrega do seu objeto, ficando adstrita à vigência do crédito orçamentário, conforme preceitua o art. 57, caput, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1. Os materiais de limpeza, objeto deste Contrato, serão definidos nos respectivos contratos e notas de empenho (art. 62 da Lei 8.666/93);

3.2. Os materiais de limpeza serão entregues no horário das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Coordenadoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça, à Rua Viveiros de Castro, 257, Bairro: Alemanha, São Luís/MA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de empenho;

3.3. Incluídos no (s) preço (s) unitário (s) estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta da CONTRATADA;

3.4. O recebimento dos materiais de limpeza ficará a cargo da Comissão de Recebimento do TJ/MA, na qual será entregue o (s) material (is), e dar-se-á em duas etapas: provisória e definitivamente, conforme descrito a seguir;

3.5. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, para todos os materiais, a contar da data do recebimento da comunicação, pelo licitante vencedor, da emissão da nota de empenho, e de acordo com solicitação da Divisão de Administração de Materiais;





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 2007.014

				produto para 10 litros de água com água bactericida e germicida, acordacionados em caixa de plástico com 12 (doze) frascos plásticos resistentes de 1.000ml, contendo rótulo plástico com o nome da marca, data de fabricação e prazo de validade e o numero de registro do produto na ANVISA.	
15	CX.	200	8,50	1.700,00	Detalhado líquido neutro, para remoção de gorduras de louças, talheres, Embalagem em caixa de plástico contendo 12 frascos plásticos de 800 ml, rotulados em plástico com especificações do fabricante e numero de registro do produto na ANVISA.
16	CX.	280	10,00	2.800,00	Solução limpa multifunção, composição base hidroalcoólica, orgânica ácidos, aspecto líquido, tipo uso essencial e limpeza geral por ultra- som, aplicação imersa em qualquer superfície, caixa com no mínimo, 12 unidades.
17	CX.	100	37,00	3.700,00	Desodorizante sanitário, tipo spray, base de parafórmico, embalado em celofane à prova de vazamento, suporte para o vaso, lacado em caixa com 48 unidades e peso de 35 g a 40 g. Caixa original de fábrica, com especificações na embalagem.
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>10.900,00</b>	
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO - R\$ 20.980,25 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos)</b>					

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato terá início a partir da data de sua assinatura e o seu término ficará condicionado à entrega do seu objeto, ficando vedada a vigência do crédito orçamentário, conforme previsão do art. 27, caput da Lei nº 8.663/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO**

3.1. Os materiais de limpeza, objeto deste Contrato, serão definidos nos respectivos controles e notas de compra (art. 6º da Lei 8.663/93).

3.2. Os materiais de limpeza serão entregues no horário das 08:00 às 18:00 horas de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Coordenadoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça, à Rua Viveiros de Castro, 257, Bairro: Alameda, 2º ao LULIMA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de compra;

3.3. Incluídas no (a) preço (a) unitário (a) estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta da CONTRATADA;

3.4. O recebimento dos materiais de limpeza ficará a cargo da Comissão de Recebimento do TUMAM, na qual será entregue o (a) material (a), e daí-se-a em duas etapas: provisorias e definitivas, conforme descrito a seguir:

3.5. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, para todos os materiais, a contar da data do recebimento da comunicação, pelo fornecedor, da emissão da nota de compra, e de acordo com solicitação da Divisão de Administração de Materiais;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 5.695/2014

3.5.1. O objeto desta licitação será recebido:

- a) **Provisoriamente**, pela Divisão de Administração de Materiais, para efeito de posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações;
- b) **Definitivamente**, pela Divisão de Administração de Materiais, após conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos produtos e da conformidade com as propostas apresentadas.

3.5.2. Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado e com plenas condições de uso;

3.6. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) Conformidade dos materiais com as especificações;
- b) Quantidade entregue;
- c) Apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

3.7. Atendidas as condições indicadas no item acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio;

3.8. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

3.9. Reserva-se ao TJ/MA o direito de não aceitar o (s) material (is), caso esteja (m) em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, ou com validade vencida.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. O CONTRATANTE, através da Diretoria Administrativa, obriga-se a:

- a) Proporcionar as facilidades especificadas no Termo de Referência para que a CONTRATADA possa desempenhar sua obrigação dentro da normalidade do Contrato;
- b) Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas no fornecimento dos produtos;
- c) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- d) Rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no artigo 80, todos da Lei 8.666/93.

4.1.1. Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da CONTRATADA, o preço e a descrição do (s) objeto (s) contratado (s);

4.1.2. Convocar a CONTRATADA via fax, e-mail ou telefone para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;

4.1.3. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e no presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os materiais de limpeza indicados no Termo de Referência e na Proposta apresentada, assim como:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII da Lei n.º 8.666/93;
- b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- c) Por acordo entre as partes as supressões poderão ser superiores ao limite estabelecido no subitem anterior.
- d) Entregar os produtos em perfeitas condições de uso;



ESTADO DO MARANHÃO  
 PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
 PROCESSO N.º 2017/014

3.5.1. O objeto desta licitação será recebido;

a) **Provisoriamente**, pela Direção de Administração de Materiais, para efeito de posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações;

b) **Definitivamente**, pela Direção de Administração de Materiais, após conferência, verificação das especificações, aprovação, quantidades dos produtos e da conformidade com as propostas apresentadas.

3.5.2. Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado e com plenas condições de uso;

3.6. O recebimento provêto será efetuado no momento da entrega, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) Conformidade dos materiais com as especificações;

b) Quantidade entregue;

c) Apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor, descrição do material entregue, quantidade, preços unitários e totais;

3.7. Atendidas as condições indicadas no item acima, será registrada o recebimento mediante atestado atestado no verso do Nota Fiscal, ou, em termo próprio;

3.8. Verificada alguma falta no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda a sua correção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

3.9. Reservado ao TJMA o direito de não aceitar o (s) material (s), caso este (s) (m) em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, ou com validade vencida;

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

4.1. O CONTRATANTE, através da Direção Administrativa, obriga-se a:

- a) Proporcionar as facilidades especificadas no Termo de Referência para que a CONTRATADA possa desempenhar sua obrigação dentro da normatização do Contrato;
- b) Comunicar à CONTRATADA as irregularidades constatadas no fornecimento dos produtos;
- c) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- d) Rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no artigo 80, todos da Lei 8.666/93.

4.1.1. Gerenciar o presente contrato, indicando, sempre que solicitado, o nome da CONTRATADA, o preço e a descrição do (s) objeto (s) contratado (s);

4.1.2. Convocar a CONTRATADA via fax, e-mail ou telefone para sanar possíveis irregularidades ocorridas na execução do presente contrato;

4.1.3. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital de licitação e no presente contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. Fornecedor do material de limpeza indicados no Termo de Referência e na Proposta apresentada, assim como:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 5º, inciso XIII da Lei n.º 8.666/93;
- b) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- c) Por acordo entre as partes as supressões poderão ser superiores ao limite estabelecido no subitem anterior;
- d) Entregar os produtos em perfeitas condições de uso;





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 5.695/2014

e) Substituir eventuais produtos defeituosos por outros com as mesmas especificações, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

5.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste Contrato de acordo com a proposta apresentada, **no horário das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Divisão de Administração de Materiais do Tribunal de Justiça, à Rua Viveiros de Castro, 257, Bairro: Alemanha, São Luís/MA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da assinatura do contrato ou recebimento da Nota de empenho;**

5.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

5.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.5. Arcar com os encargos sociais e trabalhistas de seus funcionários, bem como vantagens (vale transporte, vale alimentação, etc.) decorrentes da relação de emprego;

5.6. Apresentar ao TJ/MA, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

5.7. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução deste contrato;

5.8. A CONTRATADA obriga-se a manter-se, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação já exigidas na Licitação, e documentação pertinente atualizada, comunicando ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

5.9. Os materiais serão analisados em sua qualidade, sendo que aqueles que não satisfizerem ao padrão exigido na licitação ou que não forem aprovados pelo TJ/MA, não serão aceitos, ficando a empresa sujeita às penalidades legais cabíveis;

5.10. Caso os materiais não correspondam ao exigido no Termo de Referência, ou estejam com validade vencida, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a sua substituição, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da possibilidade da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei n.º 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. A CONTRATANTE efetuará os pagamentos à CONTRATADA no valor de R\$ 29.989,25 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos) de acordo com Nota de Empenho n.º 2014NE00148/FERJ/MA;

6.2. O pagamento será efetivado após atestado definitivo da nota fiscal, através de Ordem Bancária para a conta corrente da CONTRATADA, Agência 1639-X, Conta Corrente 17252-9, Banco do Brasil;

6.3. O pagamento será realizado de acordo com o quantitativo entregue ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão, através de ordem bancária, devendo ser efetivado em até quinze dias corridos, no mês subsequente ao do fornecimento do material, à vista da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente do TJMA;

6.4. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei;

6.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, entre a data final prevista para o adimplemento, indicada no subitem 6.1 e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/fatura, será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;								
N = Número de dias entre a data final prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;								
VP = Valor da parcela em atraso;								
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:								
I	=	TX	I	=	6/100	I	=	0,00016438







ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 5.695/2014

	365			365			
TX = taxa percentual anual = 6% (seis por cento).							

6.6. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA enviará a Nota Fiscal juntamente com o **DANFOP – Documento de Autenticação de Nota Fiscal**, conforme Lei n.º 8.441/06 e Decreto n.º 22.513/06, sem rasuras, à Diretoria Financeira, situada na Av. Pedro II, s./n.º, Centro, nesta cidade, acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo do Material, o qual será fornecido pela **Divisão de Administração de Materiais**;

7.2. A (s) empresa (s) vencedora (s) que não possua (m) sede no Estado do Maranhão, deverá (deverão) proceder ao registro/cadastramento das Notas Fiscais/Faturas junto à **Secretaria Estadual da Fazenda do Maranhão**, sob pena de não efetivação do pagamento;

7.2.1. O setor competente da entidade licitadora, Diretoria Financeira, validará as Notas Fiscais/Faturas devidamente cadastradas/registradas pelas empresas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA REVISÃO DE PREÇOS

8.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período contratual, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;

8.2. Quando o preço, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Tribunal convocará a CONTRATADA visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

8.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

#### CLÁUSULA NONA – DO FISCAL DO CONTRATO

9.1. A fiscalização do contrato será feita pela **Divisão de Administração de Materiais**, que fiscalizará a contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário para as providências devidas.

9.2. Caberá à **Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão**, a gestão deste contrato, devendo para tanto, ser auxiliada pelas unidades administrativas a elas subordinadas, podendo delegar a função de gestor, conforme disposição do art. 1º da Portaria nº 457/2010 – TJ/MA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Em caso de atraso injustificado na execução do objeto licitado, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, uma vez comunicada oficialmente;

10.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

10.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até 5 % (cinco por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 5.695/2014

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

10.2.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato ou Ata de Registro de Preço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o poder público, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3. A sanção de advertência de que trata o subitem 10.2, letra "a", poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. O valor das multas referidas na alínea "b", subitem 10.2 e no subitem 10.1 poderá ser descontado de qualquer fatura ou crédito existente no TJ/MA;

10.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE;

10.6. A penalidade estabelecida na alínea "d", do subitem 10.2, será da competência da Presidência do TJ/MA ou por agente que receba esta delegação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93;

11.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei n.º 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90);

11.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei n.º 8.666/93;

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão previstas nos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/93;

11.5. O contrato poderá ser rescindido, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pela Administração, quando:

a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no Edital da Licitação, na Ata de Registro de Preços dela decorrente e no presente Contrato;

b) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa por um dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

c) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei n.º 8.666/93;

II – Pela CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O valor total para o fornecimento do objeto deste Contrato é de R\$ R\$ 29.989,25 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto fornecido, conforme Nota de Empenho n.º 2014NE00148/FERJ/MA;





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO Nº. 2014000148/ERJMA

(d) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, incluindo parecerem os técnicos determinantes da punição ou não seja promovida a reabilitação;

11.2.7. Após o prazo, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinou o Contrato ou o Contrato de Registro de Preço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o cancelamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou retardar na execução do contrato, comprometer-se de modo irregular, tiver ocorridas falhas ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Poder Público, e será desclassificado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de inabilitação de que trata o subitem 10.2, letra "a", poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das falhas ou delitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam ocasionar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não haja a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A sanção de multa referida na alínea "b", subitem 10.2, e no subitem 10.1, poderá ser descontada de qualquer futura ou crédito existente no TMA;

11.5. A penalidade de suspensão será aplicada quando o licitante participar de cartame e for verificada a existência de falhas que o impedem de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, falhar causando transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE;

11.6. A penalidade estabelecida na alínea "c", do subitem 10.2, será de competência da Presidência do TMA ou por quem dele for delegada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

11.2. Caso o CONTRATANTE não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá responder a sua execução ou a sua rescisão, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a obrigação contratual iniciada, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei nº. 8.666/93 e no Código de Defesa e Consumidor (Lei nº. 8.072/90);

11.3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resolvida) ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

11.4. A CONTRATADA responderá nos direitos da Administração nos casos de rescisão previstos nos arts. 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93;

11.5. O contrato poderá ser rescindido, garantida a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pela Administração, quando:

a) A CONTRATADA não cumprir as exigências contidas no Edital de Licitação, na Via de Registro de Preço ou de Registro de Preço e no Edital de Licitação;

b) A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa por um dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

c) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

I – Pela CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, comprovada a impossibilidade de cumprir as exigências deste instrumento contratual;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. O valor total para o fornecimento do objeto deste Contrato é de R\$ 23.989,25 (vinte e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), incluído no mesmo todas as despesas e custos diretos e indiretos, indicados sobre o objeto fornecido, conforme Nota de Empenho nº. 2014NE00148/ERJMA;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 5.695/2014

12.2. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

FUNÇÃO	02 – FUNÇÃO JUDICIÁRIA
SUBFUNÇÃO	061 – AÇÃO JUDICIÁRIA
PROGRAMA	0543 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
PROJETO ATIVIDADE	4436 – MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO
NATUREZA DE DESPESA	339030 – MATERIAIS DE CONSUMO
ITEM DE DESPESA	30017 – MATERIAL PARA LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENE
FONTE DE RECURSOS	0107000000 – RECEITAS OPERACIONAIS DE FUNDO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

13.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no § único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

14.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo-assinadas a tudo presente.

São Luís, 11 de abril de 2014

PI/ CONTRATANTE:

  
SR. HEBERT PINHEIRO LEITE  
Diretor – Geral de Secretaria do TJ/MA

PI/ CONTRATADA:

  
SR. CARLOS DAS GRAÇAS PACHECO  
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

NOME: Jeanne A. B. Cabret  
CPF N.º: 937.916.413-53

NOME: Fabrizio Pinto de Carvalho  
CPF N.º: 220.186.683-20



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PROCESSO N.º 20140100000

13.2. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato deverão ser depositados em nome do Estado do Maranhão.

010700000 - RECEITAS OPERACIONAIS DE FUNDO	30017 - MATERIAL PARA LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENE	ITEM DE DESPESA
330030 - MATERIAIS DE CONSUMO	4438 - MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO	NATUREZA DE DESPESA
0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	PROJETO ATIVIDADE
0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	PROGRAMA
0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	SUBFUNÇÃO
0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	0047 - PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	FUNÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Contrato, na imprensa Oficial, em obediência ao disposto no § único do artigo 8º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Estipulam as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

El por asumir estas partes e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo-assinadas a lato presente.

São Luís, 11 de abril de 2014

Sr. HERBERT PINHEIRO LEITE  
Diretor - Geral de Secretaria do TJMA

PI CONTRATANTE:

Sr. CARLOS DAS GRAÇAS PACHECO  
Representante Legal

PI CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_  
CPF N.º: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
NOME: \_\_\_\_\_  
CPF N.º: \_\_\_\_\_





ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RESENHA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 35/2014 – TJ FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (CONTRATANTE) E A EMPRESA MIRIAM PRODUTOS DE LIMPEZA E PLÁSTICOS LTDA (CONTRATADA); PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5.695/2014; BASE LEGAL: Lei 8.666/93. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: 1.1. Aquisição de material de limpeza para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 2.1. O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir da data de sua assinatura e o seu término ficará condicionado à entrega total do objeto, ficando adstrita à vigência do crédito orçamentário, conforme preceitua o art. 57, caput, da lei 8.666/93; CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 12.1. O valor total para o fornecimento do objeto deste Contrato é de **RS 29.989,25 (Vinte e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto fornecido, conforme **Nota de Empenho nº 2014NE00148/FERJ/MA**; 12.2. Os recursos orçamentários para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte: **FUNÇÃO: 02 - JUDICIÁRIA; SUBFUNÇÃO: 061 – AÇÃO JUDICIÁRIA; PROGRAMA: 0543 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL; PROJETO ATIVIDADE: 4436– MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO; NATUREZA DE DESPESA: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO; DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 11/04/2014; ASSINATURAS: p/Contratante: Sr. Heberth Pinheiro Leite – Diretor Geral de Secretaria; p/Contratada: Sr. Carlos das Graças Pacheco – Representante Legal da Empresa. São Luís, 09 de maio de 2014. Heberth Pinheiro Leite. Diretor-Geral de Secretaria.****

Informações de Publicação

Edição	Disponibilização	Publicação
85/2014	12/05/2014 às 11:07	13/05/2014

[Imprimir](#)